

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

GT 12: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Trabalho completo

Geovani Grizão (Discente de Graduação em Pedagogia/UFMT)

geoanni.gatinho@gmail.com

Resumo

Este trabalho aborda a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando o déficit de profissionais capacitados para essa modalidade. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, baseia-se em autores como Paulo Freire, Garcia e Soares. O estudo destaca as dificuldades dos educadores em obter formação continuada adequada, dado o aumento da demanda pela EJA. Propõe a ampliação das ofertas de especializações para preparar docentes para a diversidade sociocultural dessa modalidade. Além disso, ressalta o papel da nessa modalidade na inclusão social e no combate ao analfabetismo, com base em uma abordagem crítica e libertadora.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Formação de Professores. Alfabetização.

Abstract

This paper addresses the training of teachers for Youth and Adult Education (EJA), highlighting the shortage of qualified professionals for this teaching modality. The qualitative and bibliographic research is based on authors such as Paulo Freire, Garcia, and Soares. The study emphasizes the challenges educators face in obtaining adequate continuing education, considering the increasing demand for EJA. It proposes expanding the offer of specializations to prepare teachers for the sociocultural diversity of this modality. Furthermore, it underscores the role of EJA in social inclusion and combating illiteracy, adopting a critical and liberating approach inspired by Freire's principles.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA). Teacher Training. Literacy.

1 INTRODUÇÃO

O Nas últimas décadas, a demanda pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) cresceu, expondo a escassez de profissionais capacitados para esse ensino. Essa carência se deve, em grande parte, à falta de opções de formação continuada, como especializações e programas voltados para a EJA. Este estudo busca abordar de forma acadêmica essa formação docente, destacando a necessidade urgente de ampliação das linhas de pesquisa e de oferta de cursos para uma qualificação eficiente e efetiva, capaz de reduzir a lacuna entre a demanda por professores qualificados e a realidade do sistema educacional.

A alfabetização no Brasil e a qualificação da mão de obra sempre foram pautas importantes no desenvolvimento do país. Nesse contexto, a EJA surge como um viés

fundamental para uma educação que busca atender as demandas sociais e econômicas. Soares e Pedroso (2016, p. 252) destacam a importância histórica dessa modalidade:

O campo da Educação de Jovens e Adultos vem-se consolidando no Brasil sob o tensionamento sistemático no que se refere ao direito à educação desse público. Foram quase quinhentos anos de negação do direito aos sujeitos jovens e adultos que, ao longo da vida, não conseguiram acesso aos estudos ou os interromperam por diversas razões. (SOARES & PEDROSO, 2016, p. 252)

Diante dessa realidade, quais são os principais desafios enfrentados pelos professores na sua formação para a EJA no Brasil? Essa situação pode melhorar? A educação é um direito de todos os cidadãos e, por isso, é fundamental olhar com mais critério e empatia para essa modalidade. A EJA representa, muitas vezes, a esperança de um recomeço para àqueles que tiveram que interromper seus estudos no tempo regular. Como resultado, a criação de mais estudos e investimentos na formação de professores especializados se torna essencial para transformar essa realidade e reduzir o analfabetismo.

A relevância do trabalho coletivo nesse processo é ressaltada por Fernandes e Gomes (2015, p. 1):

Para tanto, se faz necessário um trabalho em conjunto entre professores, família, sociedade e órgãos competentes. Assim, destaca-se o papel do educador como mediador deste processo, o qual deve utilizar de metodologias de ensino específicas e permitir ao aluno a ampliação de seus saberes, satisfazendo seus anseios e necessidades neste atual mundo globalizado. (FERNANDES & GOMES, 2015, p. 1)

A metodologia de ensino, portanto, deve ser eficaz e integrada à realidade social dos alunos e dos educadores, com base em um processo de socialização que atenda às necessidades educacionais de forma contextualizada. Paulo Freire afirma que a formação e a capacitação de profissionais são imprescindíveis para compreendermos essa modalidade de alfabetização, na qual o educando tem a oportunidade de aprender de forma libertadora, tornando-se um sujeito crítico-social.

A educação de cunho tecnicista e antidialógica são criticadas por Freire (2001) e, defende uma educação que promova autonomia e reflexão crítica sobre a realidade. Afirma ainda que se faça necessário superar a ideia de um "homem abstrato, isolado, solto e desligado do mundo", o que se aplica diretamente aos educandos, (FREIRE, apud SOARES & PEDROSO, 2016, p. 263).

A EJA no Brasil tem uma história marcada por lutas e conquistas, com avanços que buscam melhorar o contexto escolar e oferecer equidade na educação para jovens, adultos e idosos, entretanto, o desafio de lidar com o alto índice de analfabetismo em comparação com países desenvolvidos persistem, exigindo cada vez mais a presença de profissionais qualificados para enfrentar essa realidade complexa.

1 BRASIL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A luta pela alfabetização no Brasil percorreu um longo período e por muitos anos, o país enfrentou altos índices de analfabetismo. Diversos programas foram criados para reduzir esse índice, buscando uma educação mais desenvolvida e inclusiva voltada para a modalidade jovem e adulta.

O problema com o analfabetismo iniciou-se no período colonial e estendeu-se por quatro séculos. Os primeiros alfabetizadores foram os jesuítas, cujo objetivo principal era a formação religiosa dos indivíduos. Essa educação era imposta por meio de regras e mandamentos religiosos, utilizando-se da oralidade, uma vez que os indivíduos não tinham acesso à escola nem sabiam escrever (BELEZA, 2019, p.18).

A educação promovida pelos jesuítas transformou-se em um sistema voltado para a classe dominante, com características que espelhavam a aristocracia rural brasileira, atravessando os períodos colonial, imperial e republicano sem modificações estruturais significativas, mesmo com o aumento da demanda social por educação nas camadas mais baixas.

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características das que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar (MOURA, 2003, p. 26)

O ensino na modalidade EJA no Brasil é um processo contínuo de transformação e aperfeiçoamento. O objetivo maior é desenvolver uma educação de qualidade que valorize a dignidade humana e o conhecimento prévio dos indivíduos. A EJA se consolida com base na justiça, respeito e na inclusão da comunidade escolar e da sociedade em geral. No entanto, a desigualdade social no Brasil está diretamente ligada ao acesso à educação. A falta de acesso à educação regular na idade adequada leva muitos adultos ao analfabetismo, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho. A escolarização de jovens e adultos iniciou-se como uma necessidade de preparar mão de obra para o processo de industrialização no Brasil.

Iniciativas governamentais, como a Campanha Nacional de Adolescentes e Adultos (CNAA) (1947-1963) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL - 1969-1985), marcaram essa trajetória. A ideia era de que qualquer pessoa poderia alfabetizar jovens e adultos rapidamente, sem muita preparação. Essa visão de voluntariado, precariedade e improvisação, atrelada à educação como preparação para o trabalho, ainda está presente em várias políticas voltadas a essa modalidade (SOARES; PEDROSO, 2016, p.252).

A multiplicação dos programas de alfabetização de adultos, associada à organização política das massas, foi vista como uma ameaça pelos grupos conservadores, especialmente nos anos 1960, quando o acesso à educação foi interpretado como um perigo para a estabilidade do regime capitalista e a ordem social (PAIVA, 1983, p. 259). A década de 1980 marcou a transição da ditadura militar para o regime democrático, e a sociedade civil desempenhou um papel crucial nessa mudança. Entre as conquistas desse período estão o restabelecimento do direito de todos à educação, conforme a Constituição Federal de 1988, como diz PAIVA:

[...] a multiplicação dos programas de alfabetização de adultos, secundada pela organização política das massas, aparecia como algo especialmente ameaçador aos grupos direitistas; já não parecia haver mais esperança de conquistar o novo eleitorado [...] a alfabetização e educação das massas adultas pelos programas promovidos a partir dos anos 60 aparecia como um perigo para a estabilidade do regime, para a preservação da ordem capitalista. Difundindo novas ideias sociais, tais programas poderiam tornar o processo político incontrolável por parte dos tradicionais detentores do poder e a ampliação dos mesmos poderia até provocar uma reação popular importante a qualquer tentativa mais tardia de golpe das forças conservadoras. (PAIVA, 1983, p. 259)

O surgimento do Movimento de Alfabetização (MOVA), em 1989, na cidade de São Paulo trouxe uma política pública híbrida com participação popular. Sob a liderança de Paulo Freire, experiências de alfabetização de adultos realizadas por grupos populares e movimentos sociais ganharam amplitude, contando com apoio governamental e recursos materiais, além da formação de alfabetizadores populares. Paulo Freire (2011) reforça que “o professor é o libertador deste aluno para a vida; a ação de transmitir o conhecimento vai muito além de ensinar e aprender.” Ele também enfatiza a necessidade de criar currículos específicos para atender as necessidades dos alunos da EJA e destaca a importância de um processo de ensino dialógico, que valorize o conhecimento trazido pelo aluno. Freire acreditava que a educação deve formar indivíduos críticos, não se limitando a uma mera transmissão mecânica de conteúdos (BELEZA, 2019, p.21).

[...] a obra de Paulo Freire, assim como a obra de todo bom herói, é um desses fenômenos de forte apelo mítico. De tão bem que ele desencantou o mundo, encantou-se, e nos fez encantarmo-nos com ele. Sua obra e sua figura pessoal encontram-se, pois, intensamente cercadas de uma aura. Isso não é surpreendente. Isso veio sendo construído ao longo de sua vida profissional, e se acentuou à medida que envelhecia. O fundamento político dessa construção foi sua condição de patriota vitimado, que arriscou sua vida para realizar um projeto salvador: a libertação cultural e política de seus irmãos miseráveis, analfabetos, oprimidos. O que custou-lhe um exílio. Ao mesmo tempo, valeu-lhe o acesso ao mundo, e ao mundo, o acesso a ele. (CASALI, 1998, p. 98).

Após a Constituição de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o Conselho Nacional de Educação elaborou no ano 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação de Jovens e Adultos. Essas diretrizes ajudaram a orientar as práticas pedagógicas voltadas para essa modalidade. Ainda assim, a formação de profissionais permanece incipiente.

Estudos apontam a necessidade de preparar melhor esses profissionais, garantindo que tenham o conhecimento e as habilidades adequadas para lidar com suas especificidades (RIBEIRO, 1999). A partir dos anos 1990:

Disseminou-se a ideia de que para sobreviver' à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade. Mecanicamente - e repetindo uma velha máxima salvacionista -, atribui-se à educação o condão de sustentação da competitividade nos anos de 1990. (SHIROMA; EVANGELISTA; MORAES 2003, p. 56).

No Brasil, as dificuldades de acesso e permanência na escola ainda é uma realidade para os filhos da classe trabalhadora desde a primeira infância. A EJA regulamentada como uma modalidade de ensino, ainda carrega uma marca de educação de classe. Historicamente tem sido uma oferta destinada a família das classes trabalhadoras e não requer maiores investimentos do Estado (RUMERT, 2007, p. 38-39).

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos foi criada para atender pessoas que não puderam estudar na idade adequada ou interromperam seus estudos, incluem-se aí as pessoas que abandonaram a escola por razões socioeconômicas, como a necessidade de trabalhar, gravidez precoce ou outros desafios. Embora atenda a diversos perfis, seu público principal hoje é formado por jovens que estudam no período devido às suas responsabilidades diárias.

Os docentes precisam adaptar suas práticas pedagógicas para essa diversidade, compreendendo as histórias de vida dos alunos. No entanto, a qualidade da educação oferecida é afetada pela falta de formação específica e aprofundada para os profissionais da área que enfrentam o desafio das lacunas educacionais dos alunos. A formação disponível muitas vezes é superficial, impactando diretamente a qualidade das metodologias de ensino.

Uma coisa é conhecer um assunto como mero usuário, e outra é analisar esse mesmo assunto como um professor que vai ensiná-lo. Neste segundo caso, é preciso identificar, entre outros aspectos, obstáculos epistemológicos, obstáculos didáticos, relação destes conteúdos com o mundo real, sua aplicação em outras disciplinas, sua inserção histórica. "Ignorar esses dois níveis de apropriação do conteúdo que devem estar presentes na formação do professor é um equívoco que precisa ser corrigido. (BRASIL, 2000, p.28)

Além disso, é crucial criar estratégias que incentivem os alunos a desenvolverem autonomia e aplicarem seus conhecimentos na sociedade, promover interações entre os alunos pode estimular a afetividade cultural e o respeito mútuo, especialmente em um ambiente onde há diversidade de experiências e vivências. Assim, os professores precisam estar preparados para ensinar não apenas conteúdos formais, mas também a convivência e o respeito pelas diferenças, permitindo que os alunos compreendam a miscigenação cultural e social presente

na sociedade em que estão inseridos. A gestão pedagógica e o apoio do Estado são essenciais para o sucesso da aprendizagem dos educandos e para o sucesso profissional do educador.

3 MARCOS LEGAIS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um direito fundamental, marcado por momentos importantes na história educacional do Brasil, como o Plano Nacional da Educação (PNE) de 1934 e campanhas como a de Educação de Adultos (1947) e de Erradicação do Analfabetismo (1950). A institucionalização do ensino supletivo veio na década de 1970, essa modalidade se consolidou com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que ampliou o acesso e a permanência dos estudantes. A criação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) em 2002 e de programas como Brasil Alfabetizado, PROJOVEM e PROEJA, além do FUNDEB em 2007, reforçou o compromisso com essa modalidade.

A LDB 9.394/96 reconhece a EJA como direito fundamental, essencial para uma sociedade justa e igualitária, e a Constituição de 1988, em seu artigo 205, destaca a educação como ferramenta para o desenvolvimento integral e a preparação para o trabalho. A Emenda Constitucional N° 59 (2009) tornou a educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos, estendendo-a àqueles que não estudaram na idade adequada.

O capítulo V da LDB regulamenta a oferta da EJA para jovens e adultos que não concluíram os estudos no tempo regular, e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA, instituídas pela Resolução CNE/CEB N° 1/2000, orientam a estruturação do currículo para essa modalidade, adaptando-o às realidades e idades dos alunos.

Com a promulgação da LDB n° 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como um direito fundamental, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham acesso à educação de qualidade (GADOTTI, 2003).

Essa modalidade de ensino assume, portanto, funções essenciais: a reparadora, que visa corrigir a exclusão do direito à educação; a equalizadora, que atende diversos segmentos sociais, como trabalhadores, migrantes e outros grupos; e a qualificadora, que busca aprimorar as capacidades dos indivíduos para sua inserção no mundo do trabalho e na vida social. De acordo com o PNE (Lei 10.172/2001), a erradicação do analfabetismo é uma das prioridades do poder público, exigindo ampla mobilização de recursos.

4 A FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada de professores é crucial. Conforme a Lei 12.056/09 da LDB N° 9.394/96, governos devem colaborar para promover a qualificação docente, garantindo excelência no ensino. Garcia (1999) destaca que a formação é um processo de desenvolvimento pessoal e profissional, essencial para adaptar metodologias eficazes, valorizando as experiências dos estudantes.

A educação envolve afetividade e domínio técnico voltados à transformação, conforme reforça Freire (2002). Assim, investir na capacitação contínua dos educadores é fundamental para o surgimento de novas pesquisas, melhoria no ensino e uma visão crítica sobre a realidade dos estudantes, ajudando a combater a evasão escolar. Com uma especialização adequada, o educador estará mais preparado para trabalhar com esses indivíduos, podendo adotar uma visão crítica e profissional que contribua para a redução da evasão escolar. A importância de um diálogo autêntico entre educadores e educando, de acordo com Freire (2002, p. 58) que destaca que ambos assumem o papel de sujeitos criadores no processo de aprendizagem, segundo ele, “aprender a ler e escrever vai além da memorização de sílabas e palavras, pois envolve uma reflexão crítica sobre o próprio processo de aprendizagem e o significado profundo da linguagem.”

A formação dos educadores deve proporcionar um espaço de desenvolvimento cognitivo e reflexão sobre o mundo. Garcia (1999) aponta que a formação docente é chave para melhorar a qualidade do ensino, e Puentes (2017) complementa que a didática orienta a prática pedagógica, sendo essencial para o sucesso em sala de aula.

Diante desse contexto, Freire (2002, p. 39) ainda nos lembra: “Ninguém educa ninguém (...) os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo”. Os estudantes da EJA possuem um vasto conhecimento de vida e uma visão única do mundo, reconhecer essas experiências e utilizá-las como base para o processo de ensino podem ajudar a reduzir a evasão escolar e promover a permanência dos alunos nos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação, muito se discute sobre a melhoria das práticas de ensino voltadas para jovens e adultos, porém é necessário ir além de um simples conteúdo conceitual, abrangendo múltiplos aspectos que lidam diretamente com a cultura estudantil e a vida real. Sob essa perspectiva, o conhecimento sobre a natureza da EJA e os saberes necessários à formação e profissionalização dos professores têm se mostrado essenciais para o desenvolvimento e

consolidação dessa modalidade como uma área específica da educação, com foco na melhoria do ensino-aprendizagem.

Esses profissionais necessitam de uma formação diferenciada. Muitos educadores ainda cometem o erro de infantilizar a aprendizagem desses os estudantes, não reconhecendo sua importância e as particularidades dos jovens e adultos. Essa prática pedagógica é de grande responsabilidade, e os docentes devem estar preparados com formação sólida em instituições sérias e reconhecidos pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). A EJA demanda do docente uma visão ampla e inclusiva, que desenvolva o conhecimento a partir da diversidade cultural e social, respeitando as diferenças dos estudantes e educadores. Deve priorizar sempre as possibilidades de inclusão, programando aulas dinâmicas e criativas que estimulem o crescimento cognitivo e pessoal dos alunos.

A Formação Continuada dos educadores é, portanto, de extrema importância, pois mantém o interesse do aluno na escola por meio de uma didática criativa e diferenciada. Porém, vale ressaltar que os professores da EJA enfrentam grandes desafios em salas de aula heterogêneas, com alunos provenientes de periferias, zonas rurais e geralmente com níveis socioeconômicos muito baixo. Nesse contexto, a interdisciplinaridade surge como uma ferramenta essencial para compreender a realidade desses alunos e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, utilizando as experiências trazidas por cada estudante, como Freire (2001, p. 259) afirma: “O aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica na medida em que o ensinante, humilde e aberto, se mantém permanentemente disponível para repensar o pensado e rever suas posições”.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Míriam Lúcia; BRAGA, E. M. Caracterização da educação de jovens e adultos (EJA). In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO–CONEDU**. 2018.

BELEZA, J. O. Perfil dos professores que atuam na EJA no município de Humaitá – AM: um olhar sobre a formação. Trabalho de conclusão de curso (TCC) — Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 699/1972, 6 de julho de 1972.

Regulamenta o Ensino Supletivo. Diário Oficial da União, Brasília, 28 jul. 1972. Disponível em: <Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3117888/pg-18-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-07-1972> >. Acesso em 15 mai. 2023.

» <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3117888/pg-18-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-07-1972>

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Disponível em: <Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf >. Acesso em: 15 mai. 2023.

» http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Disponível em:

<http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao_CNE_CEB_01_2000.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CASALI, Alípio [Sobrenome]. Paulo Freire: O educador na história. **Revista Educação, Sociedade e Cultura**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-145, 1998.

EVANGELISTA, O.; MORAES, M.; SHIROMA, E. O. Políticas educacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERNANDES, R. M.; GOMES, V. R. Formação de professores da EJA: desafios e possibilidades. *Formação de Professores da EJA*, 2015. p. 1-18. Disponível em:

<<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/461/FORMA%C3%87%C3%83O%20DOS%20PROFESSORES%20DA%20EJA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 42, p. 259-268, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200013>>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1981.

GARCIA. C. M. **Formação de Professores: Para uma mudança educativa**. Portugal: Porto, 1999.

GADOTTI, Moacir. *Educação de jovens e adultos: um desafio para a escola pública*. São Paulo: Editora Vozes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: indicadores de 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10070/64506?ano=2022>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Jovens e adultos buscam superar analfabetismo. *Agência de Notícias*, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40934-jovens-e-adultos-buscam-superar-analfabetismo-veja-o-video>>. Acesso em: 1 out. 2024.



SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM FOCO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**/Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5.ed. São Paulo. Loyola, 1983.

PUNTES, R. V. A didática geral ou teoria do ensino. In: **PUNTES, R. V.** Didática geral I. 2. ed., rev. e atual. Uberlândia: UFU, Centro de Educação a Distância, 2017. p. 42-44.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 68, p. 184-201, dez. 1999.

RUMERT, Sônia Maria. **A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI.** O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. *Sisifo/revista de ciências da educação* ▪ n. 02 - jan/abr 2007.

SOARES, L. J. G.; PEDROSO, A. P. F. Formação de educadores na educação de jovens e adultos (EJA): alinhavando contextos e tecendo possibilidades. *Educação em Revista*, v. 32, n. 4, p. 251-268, 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698161277>>.

Realização

